

Inclusão no ensino superior: O desafio universitário do novo milênio

Antonio Renato Bigansolli¹, Felipe Lins de Brito Costa², Tessie Gouvêa da Cruz³,
Frederico Alan de Oliveira Cruz⁴ e Francisco Antonio Lopes Laudares⁵

^{1,3}Departamento de Engenharia Química – DEQ/UFRRJ – IT, ^{2,4,5}Departamento de Física – DEFIS/UFRRJ – ICE. E-mails: ¹bigansolli@ig.com.br, ²lins.fisica@hotmail.com, ³tessie@ufrj.br, ⁴frederico@ufrj.br, ⁵laudares@ufrj.br.

Resumo: Este trabalho tem como objetivo evidenciar as propostas e adequações necessárias realizadas para nortear as ações tomadas para inserção e continuidade dos alunos com necessidades educacionais especiais pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ) nos cursos de graduação. Práticas pedagógicas alternativas desenvolvidas no Ensino de Física foram analisadas, bem como estratégias criadas no curso de Licenciatura em Física da UFRRJ na direção do processo de inclusão. Verificou-se que o incentivo para a inclusão desses alunos no ensino superior ainda é muito pequeno. A baixa entrada dos alunos com necessidades educacionais especiais nesse nível de ensino faz com que poucos recursos da universidade sejam empregados na adaptação estrutural e na contratação de profissionais capacitados para atuar na área, dificultando ainda mais o acesso de outros alunos na instituição.

Palavras chave: inclusão, práticas pedagógicas, ensino superior.

Title: Inclusion in Higher Education: The University Challenge of the New Millennium.

Abstract: This paper aims to highlight the proposals and necessary adjustments made to guide the actions taken for insertion and continuity of students with special educational needs by the Federal Rural University of Rio de Janeiro (UFRRJ) in undergraduate courses. Alternative pedagogical practices developed in the Teaching of Physics were analyzed as well as strategies created in the Degree in Physics at UFRRJ toward the inclusion process. It was found that the incentive for the inclusion of these students in higher education is still very small. The low access rate of undergraduates with special educational needs to the higher level of education contributes to the current situation of little resources of the University being employed in structural adaptation and hiring of trained professionals in the area, further hindering the access of other students to the institution.

Keywords: inclusion, pedagogical practices, higher education.

Introdução

A década de 90 foi marcada por convenções Mundiais que tratavam justamente sobre a importância de se migrar de uma Educação Especial feita em Escolas Especializadas para a inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais em Escolas Regulares, rompendo com o início da exclusão social sofrida

por esses alunos promovendo a inclusão na sociedade. Em 1990 ocorreu a “Conferência Mundial de Educação para Todos” em Jomtien, na Tailândia com o compromisso de garantir a “satisfação das necessidades básicas de aprendizagem” (art. 1º) e a “universalização do acesso à educação e promoção da equidade” (art. 3º) (Frizanco, 2008).

Ainda na década de 90, mais precisamente em 1994 a Conferência Mundial sobre “Princípios, Política e Prática na área das Necessidades Educacionais Especiais” em Salamanca na Espanha, que ficou conhecida como Declaração de Salamanca, ficou marcada pelo compromisso dos participantes de por em prática os termos dessa declaração (UNESCO, 1994). Esta declaração tem como base o processo da Educação Inclusiva. A base norteadora da declaração leva em consideração que todos os alunos, independente das suas diferenças, aprendam juntos e a escola deve o aprendizado de todos os alunos, dando condições estruturais e pedagógicas para que isso aconteça.

Com certa influência da Declaração de Salamanca, o Governo Federal promulgou em 1996 essa lei, que possui um capítulo inteiro (capítulo V) dedicado à Educação Especial, objeto de estudo deste trabalho (Brasil, 1996).

O primeiro ponto a ser discutido será como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional aborda a Educação Especial. Para isso segue-se um trecho do texto dessa lei (Brasil, 1996):

Art. 58º. Entende-se por educação especial, para os efeitos desta Lei, a modalidade de educação escolar, oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, para educandos portadores de necessidades especiais (Brasil, 1996).

§ 1º. Haverá, quando necessário, serviços de apoio especializado, na escola regular, para atender às peculiaridades da clientela de educação especial (Brasil, 1996).

A primeira determinação observada é que a Educação Especial será oferecida preferencialmente na rede regular de ensino, isto é, o que antes era oferecido exclusivamente em Escolas Especializadas passa a ser exceção.

Deste modo a capacitação dos profissionais da rede regular de ensino é de fundamental importância, pois os profissionais da área da educação precisam possuir recursos para promoverem a inclusão; sejam eles pedagógicos (Adaptações de material didático e apoio especializado), instrumentais (Materiais que facilitarão o ensino-aprendizagem adaptados às características da sala) ou estruturais (Adaptações prediais, facilitando o acesso e permanência).

De acordo com a legislação vigente, os conteúdos programáticos devem ser diversificados em sua totalidade para que ocorra o processo de inclusão nas classes regulares de Ensino. Deste modo, alguns autores (Nogueira, 2005; Camargo *et al.*, 2006) descrevem algumas práticas pedagógicas desenvolvidas em sala de aula para a disciplina de Física com o objetivo de melhorar o processo de ensino-aprendizagem de todos os alunos, principalmente os com necessidades educacionais especiais.

Segundo Camargo (Camargo *et al.*, 2006) os professores de Física devem ter competências necessárias para desenvolver atividades de ensino – aprendizagem nas aulas de maneira a proporcionarem um efetivo aprendizado dos alunos com deficiência visual e videntes. Para se tratar as dificuldades no ensino de alunos com deficiência auditiva, Nogueira (Nogueira *et al.*, 2005) afirma que muitos obstáculos são causados pelo próprio livro texto, pois na maioria deles os fenômenos acústicos são exemplificados com base na experiência do ouvir. As imagens que poderiam ajudar neste caso, também são indiferentes, pois

também fazem relação com a percepção auditiva (Máximo, 2005). Em seu trabalho (Camargo *et al.*, 2006) utilizou metodologias alternativas para o ensino de eletromagnetismo para uma turma de inclusão que possuía um aluno com deficiência visual.

Este trabalho tem como objetivo o processo de inclusão de portadores de necessidades educacionais na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro e metodologias desenvolvidas pelo curso de Física para atender tais alunos, levando em consideração as políticas educacionais envolvidas no processo de ensino e aprendizagem deste curso.

Metodologia

Para o estudo fez-se o levantamento da evolução de matrículas na Educação Especial de 1998 a 2010 no sistema Brasileiro, Número de Matrículas em Classes Especiais e Inclusivas, Número de Matrículas em Escolas Públicas e Privadas e do número de alunos com necessidades educacionais na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro entre os anos de 2008 e 2010.

Para a análise foi considerado os tipos de deficiência e curso superior escolhido da UFRRJ. Os dados foram fornecidos pela Pró-Reitoria de Graduação (PROGRAD, 2010) e pela Coordenadoria de Planejamento (COPLAN, 2010).

A partir desses dados, fez-se um tratamento percentual, permitindo obter-se um panorama geral do processo de inclusão, possibilitando um melhor entendimento desse processo na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro e do curso de Licenciatura em Física.

Resultados e discussão

Primeiro levantamento realizado foi quanto ao número total de matrículas de alunos com Necessidade Educacionais Especiais (NEE), conforme figura 1. Estes resultados permitiu uma visão geral quanto ao panorama do Sistema Educacional Brasileiro, levando-se em consideração dados fornecidos pelo MEC/INEP (MEC, 2007, MEC, 2010).

Observa-se pela figura 1, um crescimento nítido no número de matrículas na Educação Especial entre os anos de 1998 à 2010.

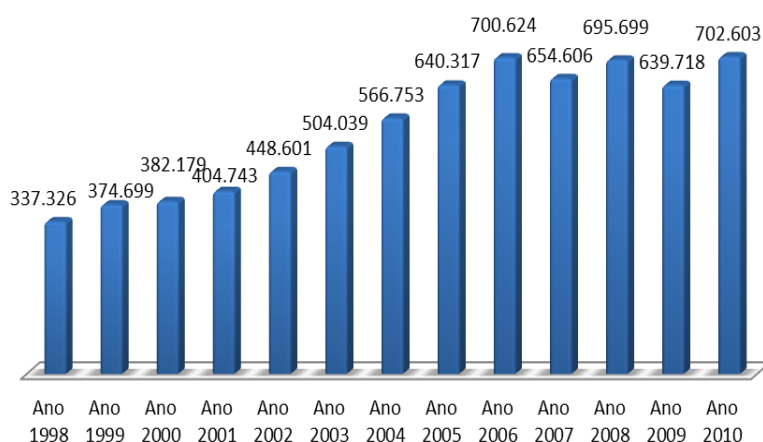


Figura 1. Evolução de matrículas na Educação Especial de 1998 a 2010 (MEC, 2007, MEC, 2010)

Outro dado importante está relacionado com a análise do número de matrículas em Escolas Especiais (a Escola Especial atende especifica e exclusivamente alunos com NEE) e Escolas Regulares (é a escolar que recebe todo tipo de aluno, com NEE ou não) (MEC, 2007, MEC, 2010), conforme figura 2.

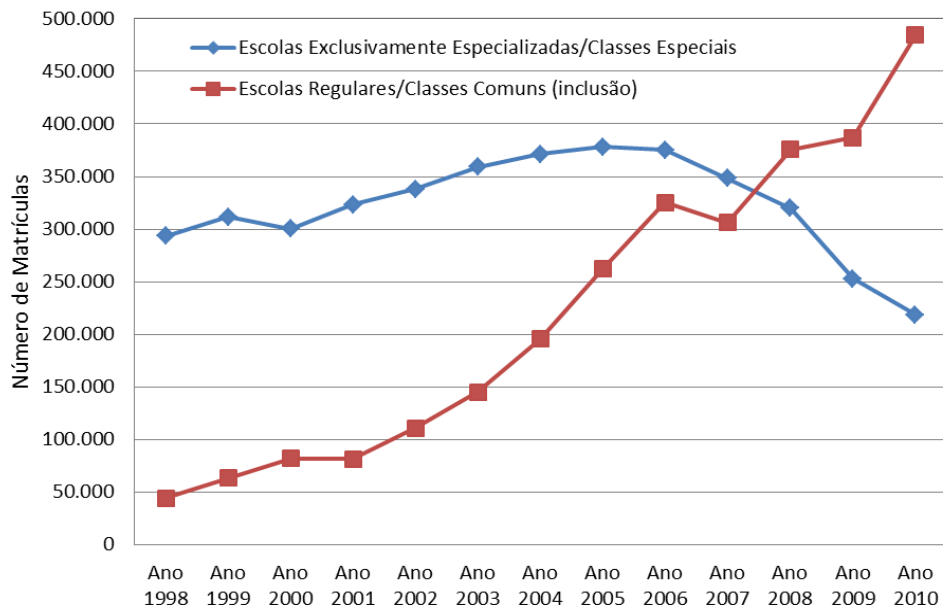


Figura 2. Número de Matrículas em Classes Especiais e Inclusivas (MEC, 2007, MEC, 2010)

Outro ponto importante é como esse plano de inclusão tem acontecido do ponto de vista de Escolas Públicas e Privadas. Essas questões levantadas, podem ser facilmente observadas pela figura 3.

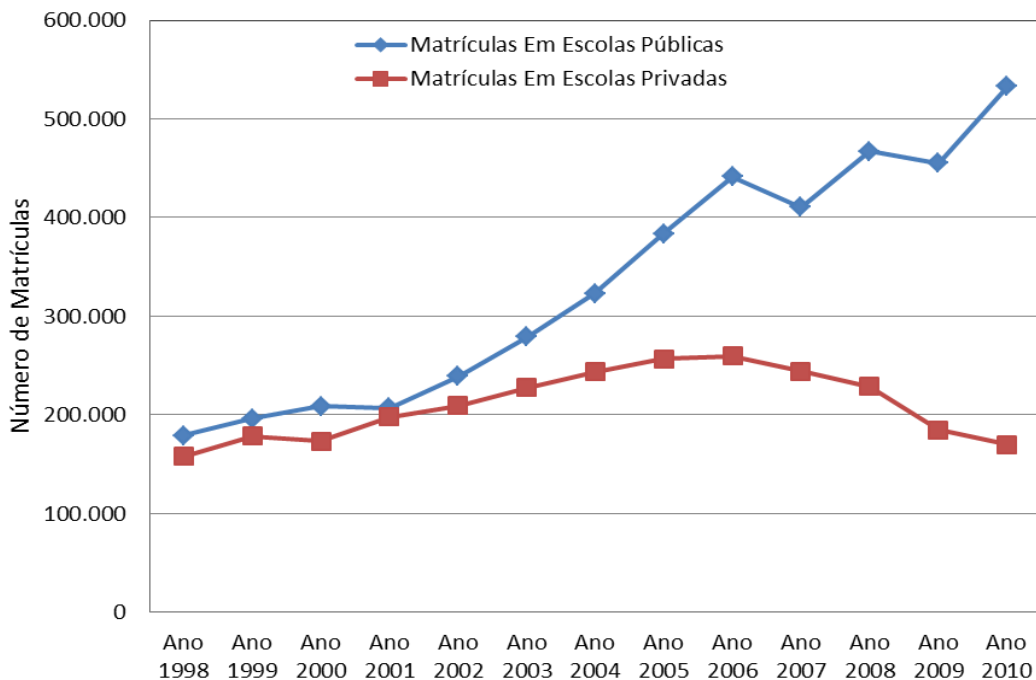


Figura 3. Número de Matrículas em Escolas Públicas e Privadas (MEC, 2007, MEC 2010)

Esse conjunto de resultados permitiu-nos uma visualização global do processo de inclusão de alunos com NEE, fornecendo bases para relacioná-los com a Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro e o Curso de Licenciatura em Física da mesma.

A Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro tem como característica histórica acolher estudantes de vários estados do Brasil, alunos de todos os tipos de renda, dentre outras características que tornam essa instituição bem diversificada. Este fato foi à motivação para pesquisar como a UFRRJ acolhe alunos com NEE. Sendo assim, fez-se um levantamento inicial do número desses alunos que ingressaram na Universidade entre os anos de 2008 e 2010 para observar o processo de inclusão dentro dessa instituição de ensino.

De acordo com os dados fornecidos pela Pró-Reitoria de Graduação e a Coordenadoria de Planejamento, ingressaram 27 alunos durante os 3 anos estudados, das mais diferentes deficiências e nos mais diversos cursos (PROGRAD, 2012; COPLAN, 2010). Para análise desses dados, levou-se em consideração os tipos de deficiência, bem como suas definições segundo os documentos da Universidade, apresentados na figura 4 e reorganizados conforme tabela 1 (COPLAN, 2010).

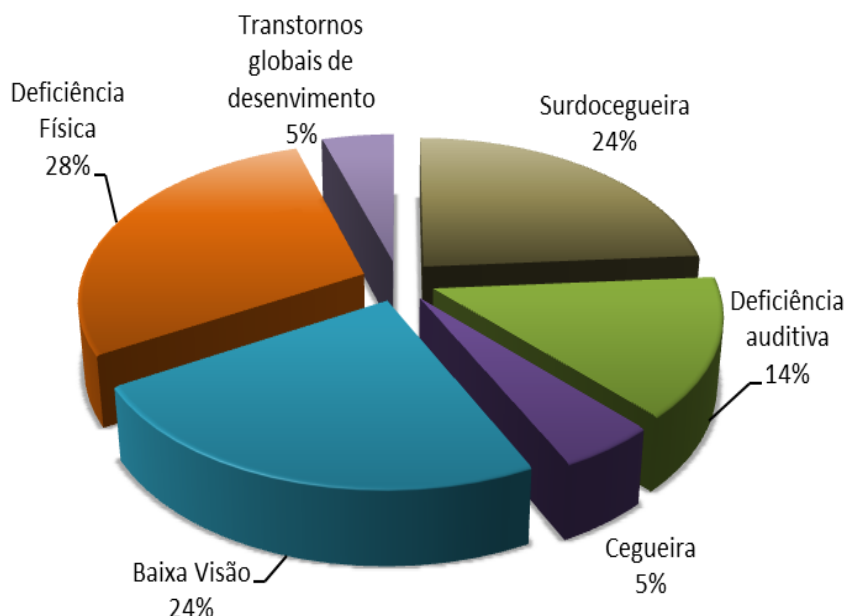


Figura 4. Distribuição percentual de alunos com NEE na UFRRJ por deficiência com ingresso de 2008 a 2010 (PROGRAD, 2012; COPLAN, 2010)

<i>Tipo de Deficiência</i>	<i>Distribuição Percentual de Alunos</i>
<i>Deficiência Cognitiva</i>	3,7%
<i>Deficiência Física</i>	25,9%
<i>Deficiência Visual</i>	29,6%
<i>Deficiência Auditiva</i>	40,7%

Tabela 1. Distribuição percentual de alunos com Necessidades Educacionais Especiais por tipo de deficiência com ingresso de 2008 a 2012 (PROGRAD, 2012; COPLAN, 2010)

De acordo com os dados obtidos, algumas propostas foram sugeridas para nortear as ações necessárias a serem tomadas pela Universidade para inserção e continuidade dos alunos com necessidades educacionais especiais nos cursos de graduação (Costa, 2011). É importante destacar que essas medidas são necessárias para que as mudanças devidas sejam realizadas o quanto antes, de modo a estimular os alunos a ingressar e permanecer na Universidade. As ações são: adequação do espaço físico da UFRRJ, material didático adaptado, apoio psicossocial, disciplinas especiais e apoio pedagógico aos professores, conforme figura 5.

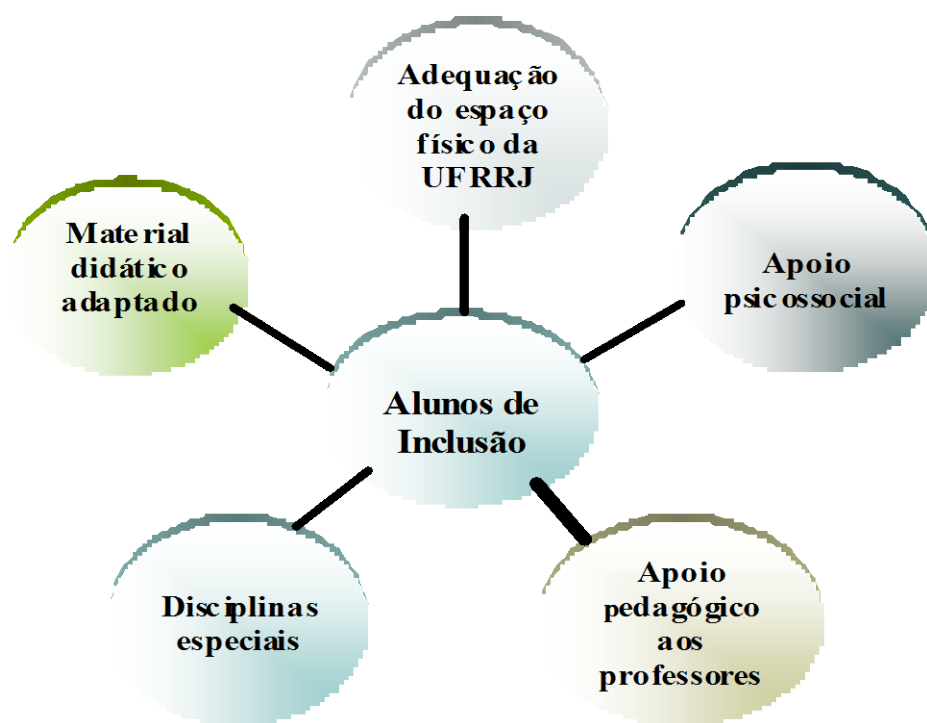


Figura 5. Ações que contemplam a inclusão dos alunos na UFRRJ

Adequação do espaço físico da Universidade - criação de rampas de acesso junto às escadas nos prédios novos e instalação de um elevador no Prédio Central. Uma alteração importante seria quanto à modificação das bancadas dos laboratórios, pois as que se tem hoje são impossíveis de serem usadas por cadeirantes e impossibilitando o acesso desses alunos no ambiente do laboratório. Outro ponto está relacionado com adaptações para deficientes visuais. Um exemplo prático seria a criação de marcações no piso direcionando o caminho e distinguindo os lugares com diferença de textura, mapa em alto-relevo explicativo em braile em cada acesso dos prédios, numeração braile na porta das salas, visto que nas condições em que se encontram os prédios hoje, é impossível um deficiente visual caminhar sem auxílio de outra pessoa.

Material didático adaptado - para promover uma igualdade de oportunidade no aprendizado algumas tecnologias poderiam ser empregadas para promover a igualdade; como a impressão de textos em braile, disponibilização de aparelho que amplia o texto para os alunos com baixa visão e dispositivos que transformam a fala do professor em texto para os alunos com deficiência auditiva.

Apoio psicossocial - um grande problema enfrentado hoje é a desistência dos alunos com necessidades educacionais especiais em permanecer no curso,

muitas das vezes devido à sucessão de problemas e dificuldades encontradas. Essa situação poderia ser amenizada com profissionais especializados para um acompanhamento desses estudantes dentro da Universidade.

Disciplinas especiais - é o objetivo da UFRRJ e em particular do curso de Licenciatura em Física fornecer profissionais altamente capacitados para a sociedade, preparando os futuros professores para atuarem de forma a permitir a inclusão em seus ambientes de trabalho. Para os alunos de Licenciatura em Física, é obrigatório cursar a disciplina de LIBRAS, com o objetivo de aprender os conceitos básicos da Língua Brasileira de Sinais, facilitando o diálogo entre o professor e o aluno com deficiência auditiva; à criação da Atividade de Estágio Supervisionado IV, que deve ser realizada em sala de aula Inclusiva, para que os alunos possam vivenciar na prática os conceitos básicos adquiridos na disciplina de Libras.

Apoio pedagógico aos professores - esse acompanhamento tem como objetivo fornecer ferramentas ao professor de maneira que facilite o processo de ensino-aprendizagem a todos os alunos, também atuando de forma específica nas particularidades da sala de aula.

Em relação às adaptações que o próprio curso de Licenciatura em Física tem buscado, destaca-se entre elas um Workshop "Educação Inclusiva: desafios para o ensino de Física" realizado bienalmente, e que teve sua primeira edição em 2009, com o objetivo de discutir as formas e possibilidades de ensino dos temas ligados à Física e ciências de uma maneira geral, trazendo profissionais que tem sua prática profissional ligada ao ensino inclusivo.

Conclusões

Nos últimos anos observou-se que alternativas pedagógicas têm sido criadas no Ensino de Física para viabilizar o ensino-aprendizagem de todos os alunos, porém os professores ainda se deparam com muitos obstáculos.

Os níveis de inclusão dentro da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro ainda estão muito abaixo, como pode ser observado pelo resultado apresentado. Os cursos apresentam uma quantidade muito pequena de alunos com necessidades educacionais especiais em seus cursos, inclusive no curso de Física. Sabe-se que a Universidade, bem como o curso de Física tem criado estratégias para promover a inclusão, mas que é apenas o início de um processo gradativo e contínuo.

No Curso de Licenciatura em Física, a ação inicial se deve ao oferecimento de Workshop "Educação Inclusiva: desafios para o ensino de Física", com grande repercussão na comunidade universitária (docentes, alunos), tanto quanto o oferecimento obrigatório da disciplina de LIBRAS nos cursos de licenciatura da Universidade. Todos os esforços realizados para a implementação das ações dentro da Universidade, teve como parâmetros iniciais as NEE detectadas na mesma.

Referencias bibliográficas

Brasil. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei n. 9.384, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm>.

Camargo, E. P. *et al.* (2006). Trabalhando conceitos de óptica e eletromagnetismo com alunos com deficiência visual e videntes. *X Encontro de Pesquisa em Ensino de Física, Londrina*. Disponível em: <http://www.sbf1.sbfisica.org.br/eventos/epenf/x/sys/resumos/T0025-2.pdf>.

Conferência Mundial sobre Necessidades Educativas Especiais (1994). Declaração de Salamanca Enquadramento da Acção na Área das Necessidades Educativas Especiais. Salamanca, Espanha: UNESCO, 47 p.

Costa, F. L. B., Bigansolli, A. R. e Cruz, F. A. O. (2011). A Realidade do Ensino Superior para os Alunos com Necessidades Educacionais Especiais: 63^a Reunião Anual da SBPC, Goiânia. Resumos de Comunicações Livres. SP.

Frizanco, M. L. E. e Honora, M. (2008). *Esclarecendo as Deficiências: Aspectos teóricos e práticos para contribuir com uma sociedade inclusiva*. São Paulo, SP: Ciranda Cultural Editora e Distribuidora Ltda.

Governo Federal, Ministério da Educação (MEC), Secretaria de Educação Especial. Números da Educação Especial no Brasil. 2007. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/txt/brasil.txt>> [Acesso em 28 de fev. de 2011].

Governo Federal, Ministério da Educação (MEC), Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP). Resumo Técnico – Censo Escolar 2010. Disponível em: <http://download.inep.gov.br/download/censo/2010/divulgacao_censo2010_201210.pdf> [Acesso em 28 de fev. de 2011].

Nogueira, L. S. *et al.* (2005). Ensino de física para portadores de deficiência auditiva: O problema dos livros didáticos. *XVI Simpósio Nacional de Ensino de Física*, Rio de Janeiro. 2005. Disponível em: <<http://www.sbf1.sbfisica.org.br/eventos/snef/xvi/cd/resumos/T0744-1.pdf>>

Máximo, A. e Alvarenga, B. (2005). *Física*. Volume 2. São Paulo: Editora Scipione.

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), Pró-Reitoria de Graduação (PROGRAD). SCAG. 2012.

Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), Coordenadoria de Planejamento (COPLAN). SCAG. 2010.